



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ICMBIO ILHÉUS

Caixa Postal 205, - Bairro Centro - Bahia - Ilhéus - CEP 45653-970

Telefone: (73) 3214-3014/ (61) 2028-9894

ATA DA 06ª REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNSL, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, EM ARATACA

A reunião iniciou às 9:30 do dia 03 de julho de 2019, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Arataca. Estavam presentes Aderaldo Azevedo e Genildo Costa, Prefeitura de Arataca, Cassimiro Antônio, Sindicato dos Produtores Rurais de São José da Vitória, Maria da Conceição, Associação Renascer, Charitas Fiterman e Elanir Fiterman, Produtoras Rurais, Marlon Souza, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arataca, Dinda, Administrador do distrito de Pratas – Arataca, Nayara Lobo e Tatiana Franco, NGI ICMBio Ilhéus. A abertura da reunião foi feita por Nayara, que solicitou que todos se apresentassem e falou sobre o objetivo da reunião. Genildo falou sobre o CFIR e Elanir disse que tem interesse em fazer parte do conselho. Tatiana sugeriu que as dúvidas que não tivessem a ver com o tema, ela responderia ao final. Explicou o que é o ICMBio, seu papel e área de atuação. Falou sobre Unidade de Conservação como política pública de meio ambiente, criação e objetivos do PNSL. Cassimiro perguntou sobre as UCs de Una e se a história da família real da Inglaterra era verdadeira. Tatiana explicou que a família real inglesa financiava a desapropriação da REBIO via outras instituições e que o príncipe visitou a REBIO, fez a trilha que hoje leva o nome “trilha do príncipe”. Elanir questionar sobre retirar as pessoas e por que o Parque Serra das Lontras ainda está fechado. Tatiana explicou que existem duas formas de manter a natureza, que umas delas é conservação e outra preservação, caso do PNSL, e explicou a diferença entre elas. Informou que o PNSL foi criado em 2010, e que em termos de UC, é relativamente novo para se criar uma estrutura de visitação. Cassimiro falou que o PNSL ainda não foi criado porque ninguém foi indenizado. Aderaldo falou que há uma chance de muitos proprietários não serem indenizados porque não tem a documentação. Marlon disse que a maioria das propriedades é ocupação primária (posses). Tatiana explicou sobre a Regularização Fundiária, que o Estado compra a terra para ficar preservada, e deu exemplo de construção de hidrelétrica, que desapropria as áreas afetadas. Falou que o Governo faz indenização aos poucos, porque não tem dinheiro para pagar todo mundo de uma só vez. Explicou como funcionam os critérios de avaliação das propriedades a serem adquiridas. Informou que, para iniciar o processo de desapropriação, é recomendado ir ao escritório do ICMBio na CEPLAC se informar e apresentar a documentação. Ela falou que o ponto focal do ICMBio na região para tratar de Regularização Fundiária é a Sheila. Aderaldo falou que quando muda de governo, mudam os procedimentos. Tatiana informou que nesse caso não, porque as normas são bem regulamentadas juridicamente. Dinda perguntou se foram destinados 14 milhões para Regularização Fundiária em Arataca. Tatiana respondeu que não se recorda do valor disponibilizado para regularização fundiária no PNSL, mas que existe um site de acesso livre que informa ao valor disponibilizado e que ao fim da reunião pode passar o endereço eletrônico a todos. Aderaldo falou que há áreas no PNSL que foram abandonadas. Tatiana explica que se a área foi abandonada e não tem registro em cartório, geralmente o Estado não indeniza por não reconhecer oficialmente o dono ou posseiro. Elanir reclamou que a UC está há nove anos sem conselho, se isso não é irregular. Tatiana explicou que, conforme o SNUC, as Unidades deveriam ter um Conselho e um Plano de Manejo com até cinco anos após ser decretada. Elanir perguntou se pode fazer alguma coisa na UC sem o Plano de Manejo, e se o conselho poderá fazer a gestão do dinheiro da UC. Tatiana informou que o PNSL não possui recursos financeiros para serem executados diretamente pela equipe local, que trabalha com insumos como combustível, material de escritório, etc. Quanto ao acompanhamento da execução do recurso pelo Conselho, é possível fazê-lo, se assim for de interesse do Conselho. Dinda perguntou se não vai colocar fiscal e policiamento armado no PNSL. Ele e Elanir se queixaram de usos indevidos no interior do parque (roubos, tráfico e uso de drogas, por exemplo). Tatiana respondeu que o ICMBio conta com fiscais

ambientais que exercem o trabalho de polícia administrativa. As questões colocadas pela senhora Elanir dizem respeito a segurança pública que é papel da polícia militar e/ou civil. O ICMBio pode atender denúncias ambientais, inclusive anônimas, repassadas por telefone, e-mail ou pessoalmente. Cassimiro perguntou se o ICMBio tem um levantamento das propriedades ou famílias que estão no interior do PNSL. Tatiana respondeu que Sheila e Admilson estão sempre atualizando e coletando essas informações. Cassimiro perguntou se o ICMBio sabe a estimativa de quanto se gastará com Regularização Fundiária no parque. Tatiana respondeu que foi realizada esse cálculo e que a Sheila poderia informá-lo. Aderaldo falou que há 480 proprietários dentro do PNSL, e que, dentre eles, 70% é de posseiros. Cassimiro perguntou para onde essas famílias vão. Tatiana falou que, muitas vezes esse número é superestimado. Cassimiro falou da importância de trabalhar Educação Ambiental para o futuro (as crianças) do meio ambiente. Falou que falta mais do governo investir em iniciativas de EA. Como muitas perguntas foram surgindo sobre o conselho, Tatiana perguntou se preferiam ir direto ao assunto sobre formação do conselho. Todos concordaram. Nayara iniciou sua fala esclarecendo o que é Conselho, o que ele faz e como funciona. Explicou que a Lei 9985/2000 determina que toda Unidade de Conservação deve ter um Conselho. A apresentação seguiu a linha participativa, com questionamentos sobre o conceito de ZA, a representação do Conselho e sua função. Quando questionados se gostariam de uma reunião do ICMBio com os associados de cada entidade representada, todos manifestaram interesse em participar do Conselho sem a necessidade de reunião com os associados. Tatiana colocou a questão de como se daria a participação do Dinda, se como representante ou suplente da prefeitura de Arataca, ou se em uma nova cadeira específica para o Distrito de Pratas. Solicitou que Dinda e os representantes da Prefeitura de Arataca pensasse a respeito e que a questão seria definida na reunião de composição do Conselho. Elanir informou que é vice-presidente da Associação Serra das Lontras, Javis e Quatis, e fazendeira.

Essa Ata foi redigida por mim, Nayara Lobo, Técnica Administrativa do ICMBio.



Documento assinado eletronicamente por **NAYARA MENEZES LOBO**, Técnico Administrativo, em 12/08/2019, às 09:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **5390789** e o código CRC **67D7295A**.